



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2025
Tp. Período	Primeiro semestre
Curso	DIREITO
Modalidade	Parcialmente a distancia
Disciplina	1108520 - PROCESSO PENAL I
Turma	DIM

Carga Horária: 68

C. Horár. EAD: 12

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Sistemas processuais. Inquérito policial. Ação penal pública e privada. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Prisão e liberdade provisória. Teoria da Prova.

I. Objetivos

1. Orientar os alunos sobre a importância do conhecimento teórico e prático do conteúdo da disciplina;
2. Estimular a reflexão crítica dos pontos a serem abordados, e;
3. Incentivar o estudo analítico dos fundamentos axiológicos que deram origem às legislações a serem verificadas.

II. Programa

1. SISTEMAS PROCESSUAIS PENALIS
 - 1.1. Sistema Inquisitório
 - 1.2. Sistema Acusatório
 - 1.3. Sistema Misto
 - 1.4. Sistema Processual Penal Brasileiro
2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO PENAL
3. INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR
 - 3.1. Inquérito Policial. Conceito, Natureza, Finalidade, Características, Instauração, Diligências, Conclusão, Arquivamento, Trancamento, Acordo de não persecução penal.
4. AÇÃO PENAL
 - 4.1. Características, Lide, Condições, Classificação.
 - 4.2. Ação Penal de Iniciativa Pública Incondicionada
 - 4.3. Ação Penal de Iniciativa Pública Condicionada
 - 4.4. Ação Penal de Iniciativa Privada
5. JURISDIÇÃO PENAL E COMPETÊNCIA
 - 5.1. Competência em Matéria Penal: Matéria, Pessoa e Lugar
6. PROVAS
 - 6.1. Teoria Geral das Provas
 - 6.2. Meios de Prova e Meios de Obtenção de Provas em Espécie
7. SUJEITOS E PARTES DO PROCESSO
8. MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL
 - 8.1. Prisão. Espécies de prisão, Momento da prisão, Mandado de prisão.
 - 8.2. Prisão em Flagrante.
 - 8.3. Prisão Preventiva.
 - 8.4. Prisão Temporária
 - 8.5. Prisão Domiciliar
9. LIBERDADE PROVISÓRIA

III. Metodologia de Ensino

O conteúdo do programa será realizado por meio de aulas expositivas, sempre incentivando os debates e as manifestações de crítica reflexiva, bem como por meio de perguntas aos acadêmicos, apresentações de trabalhos e seminários, estudos de textos e análise de jurisprudências, sempre incentivando a participação em sala de aula. Atividades via Moodle.

Ensino a Distância (Conforme Resolução nº 0062/2008-CEPE/UNICENTRO)

I. Conteúdos que serão abordados a distância

Conteúdos a serem definidos em oportunidades específicas, bem como todas as atividades que forem definidas como de regime de tratamento especial.

II. Metodologia de trabalho

Possibilidade de aulas síncronas ou assíncronas, bem como atividades a serem realizadas em plataforma digital institucional

III. Tecnologias utilizadas

Plataforma Moodle e Google Classroom

IV. Cronograma de tutoria presencial

Conteúdos a serem definidos em oportunidades específicas, bem como todas as atividades que forem definidas como de regime de tratamento especial.

V. Critérios de avaliação

Disponibilidade de material no ambiente virtual e análise e correção das atividades solicitadas.

VI. Cronogramas de avaliação

Cronograma conforme a necessidade de implementação das atividades online.

IV. Formas de Avaliação

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando-se:

- a) Participação e interesse em aula e atividades propostas;
- b) Pontualidade e frequência;
- c) Avaliações escritas e orais.

Ordinariamente ocorrerão duas avaliações em datas previamente previstas da seguinte forma:

AV 1 e AV 2 compostas de Prova (P1 e P2) com valor 7,0 e atividade em sala de valor 3,0

P1 (Avaliação objetiva e discursiva) - 07/05

P2 (Avaliação objetiva e discursiva) - 26/07

Média Final composta pela média da AV1 e AV2

A Atividade de Recuperação de Notas – ARN, destinada àqueles que não atingirem a média 7,0 (sete) será realizada com a aplicação de uma prova no valor de 10,0.

ARN = 10,00 - Realizada em 10/07

V. Bibliografia

Básica

LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011. v. 1.

LOPES JUNIOR, Aury, Direito processual penal e sua conformidade constitucional. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011. v. 2.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Juizados especiais criminais: comentários à lei 9099 de 26. 09. 1995. 5a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

Complementar

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahi. Ônus da prova no processo penal, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003

CARVALHO, Salo de (coord). Crítica à execução penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2007

LOPES JUNIOR, Aury. O novo regime jurídico da prisão processual, liberdade provisória e medidas cautelares diversas. Lei 12.403/2011. 2. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011

LOPES JUNIOR, Aury; BADARÓ, Gustavo. Direito ao processo penal no prazo razoável. Lumem Juris, 2006

ROXIN, Claus. Derecho Penal. Parte general. Tomo II. Madri: Ed. Civitas, 2014.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DEDIR/G

Tp. Documento: Ata Departamental

Documento: 2

Data: 14/03/2025